

# Obstrução bloqueia 844 milhões de dólares

Iara Alencar

Não se trata de uma guerra simples e inocente. É um assunto de milhões de dólares e bilhões de cruzeiros. Mais exatamente, 844 milhões de dólares e 60 bilhões de cruzeiros. Esses números representam em valores os montantes de pedidos de empréstimos, tanto internos como externos que o Senado tem hoje pendurados em sua pauta de trabalhos. Obstrução é uma palavra maldita hoje para a bancada do PDS no Senado. Não só por sessões de 20 horas, como foi a das inelegibilidades, mas porque sua maioria não comparece com muita assiduidade ao Senado.

Mas o que foi início uma obstrução em caráter pessoal do senador Dirceu Cardoso, inimigo feroz dos pedidos de empréstimos, tanto dos em cruzeiros quanto em dólares e marcos definidos por ele como uma guitarra monetária de fabricar dinheiro e gerar inflação, transformou-se hoje em uma guerra de nervos, brigas pessoais e uma paralisação quase que completa dos trabalhos legislativos no Senado.

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, era e é atormentado pessoalmente ou pelo telefone, por governadores e prefeitos ansiosos, irritados, desesperados por informações de como "andam" seus pedidos de empréstimos.

O senador Dirceu Cardoso garante que continuará utilizando-se do regimento do Senado para boicotar qualquer pedido de empréstimos "seja qual for a orientação da liderança do meu partido". Argumenta que o próprio ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, vem se manifestando contra esses empréstimos "que só inflacionam ainda mais o país". Adiantou que, nessa questão, não obedecerá às determinações do futuro líder de sua bancada, caso este venha a optar pelo fim da obstrução no plenário do Senado.

O senador Jarbas Passarinho não abre mão do seu propósito de alterar o regimento interno do Senado, tentando evitar que a ação solitária de um parlamentar ou a possibilidade de fáceis manobras oposicionistas paralise os trabalhos da casa. A seu ver, isso prejudica às administrações estaduais e a todos que precisam das aprovações do Senado Federal para realizarem os seus projetos.

## SITUAÇÃO

O senador Dirceu Cardoso diz que se o presidente do Senado não teve forças para aprovar os 320 pedidos de empréstimos encaminhados no ano passado ao Congresso Nacional, utilizando-se da maioria governista de que dispõe, "ele dificilmente conseguirá aprovar uma reforma do regimento". Se a preocupação do senador Passarinho é retirar da competência do Senado o poder que lhe garante a constituição de estudar e aprovar pedidos de empréstimos dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal — ouvido o Poder Executivo — a casa só estará com isso abdicando dos seus direitos.

O regimento não foi feito pelas oposições e, sim, pela luta e entreveros ao longo de 90 anos de República. Isso não é vontade de oposicionistas ou do governo, mas uma cristalização de dispositivos legais.

O senador Dirceu Cardoso prevê que se esses empréstimos chegarem a ser liberados, aos Estados este ano, os atuais governos os utilizarão apenas "para massacrar o adversário e as oposições que não dispõem da máquina estatal para fins eleitorais".

Essa também é a opinião do senador Itamar Franco (PMDB-MG), autor de um projeto já em tramitação no Senado e que proíbe aos Estados e municípios contraírem empréstimos no período de seis meses que antecede a data das eleições.

## FATOS

Mesmo ressaltando que o comportamento da bancada do PMDB no Senado, em março, será ditado pelo novo líder a ser escolhido, Itamar Franco acredita que irão continuar as medidas para evitar a concessão dos empréstimos aos Estados. Pondera que o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas não dispõem de nenhum meio de controle da aplicação desse dinheiro, "nem sempre destinado às obras e projetos previstos nas mensagens e ofícios encaminhados ao Senado".

O senador mineiro, como a maioria dos senadores oposicionistas, não vê nenhuma diferença no fato de a maior parte desse dinheiro, se liberado, cair em mãos dos atuais vice-governadores dos Estados, que estarão assumindo em maio, quando o titular do mandato se desincompatibilizar para disputar as eleições.

Salientou que são poucos os casos onde se constata uma possível incompatibilidade de interesses entre o vice-governador e o seu governador — como na Bahia onde titular dificilmente deixará o seu cargo — devendo cumprir o mandato até o final para poder melhor garantir "seu" candidato à sucessão. Em Estados como Sergipe, Paraná, Alagoas, Goiás e Santa Catarina, o governador passará o posto para o seu imediato, com total confiança.

Para o senador Itamar Franco, a liberação agora dos pedidos de empréstimos atenderá, na sua maior parte, "às necessidades de aliciamento material dos governos estaduais para permanecerem no poder. Lembrou que só o governo de Minas Gerais solicitou ao Senado, no período de 1972 a 1981, empréstimos na ordem de mais de 600 milhões de dólares devendo a maior parte desse dinheiro ser paga aos credores entre 1982/1987. "Os próprios governos estaduais estão bastante endividados, pleiteando empréstimos para saldar outros empréstimos já contraídos. Por isso acredito que devemos evitar, no momento, novas dívidas", acentuou Itamar.



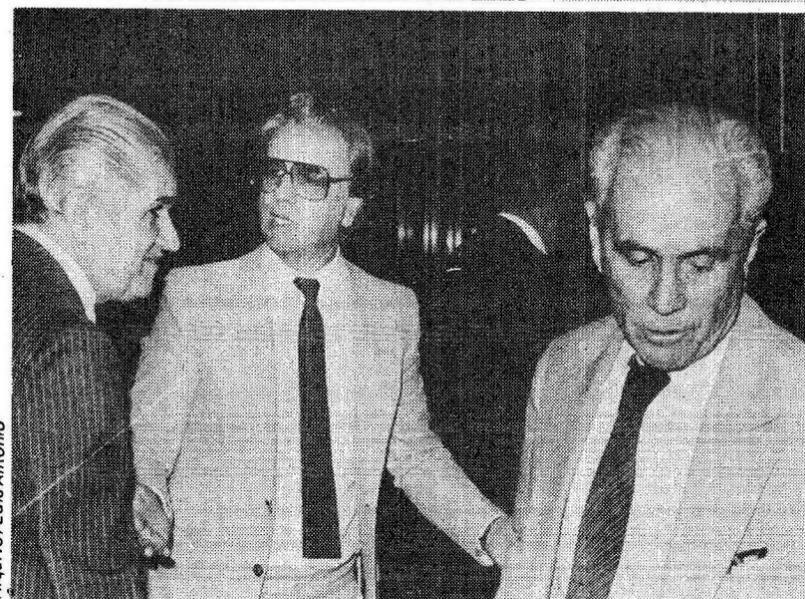
Arquivo/Luis Antônio



Arquivo



Arquivo/Luis Antônio



Arquivo/Luis Antônio